

39º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

MR 07 - Conflitos e repressão aos trabalhadores rurais e urbanos no regime militar no Brasil

TÍTULO: Os camponeses e o regime militar: reconstruindo memórias traumáticas

AUTOR: MARTA CIOCCARI - UFRJ

Os camponeses e o regime militar: reconstruindo memórias traumáticas¹

Marta Cioccarì²

Por meio de trajetórias de camponeses perseguidos, presos, torturados e, em alguns casos, assassinados, podemos conhecer um pouco da singularidade da violência no campo no período compreendido entre 1962 e 1985, quando a violência privada contou com a cobertura e o estímulo oficial, a partir de compromissos de classe que aliavam grandes proprietários de terra e empresários rurais ao governo militar. A lei da violência que caracterizava as práticas privadas vinha ao encontro dos interesses do regime a fim de barrar a organização crescente dos trabalhadores do campo.

Considero que, mesmo com a crescente divulgação de estudos acadêmicos, trabalhos técnicos e jornalísticos e, especialmente, com as investigações conduzidas pela Comissão Nacional da Verdade, pelas comissões estaduais, municipais e setoriais, no período recente, as violências praticadas contra os trabalhadores rurais no período que antecedeu ao golpe e nos anos de ditadura militar continuam ainda pouco conhecidas e reconhecidas pela sociedade e pelo Estado brasileiro.

Minha apresentação está centrada no percurso de uma pesquisa sobre a repressão no campo no regime militar no Brasil. Desde 2010, participo de um projeto de pesquisa sobre a repressão ocorrida no campo, que envolve pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, em conjunto com o Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), e que resultou na publicação do livro *Retrato da Repressão Política no Campo*, em 2010, com nova edição revista e ampliada em 2011.³ Como desdobramento dessa iniciativa, posteriormente organizamos uma coleção de biografias camponesas, intitulada “Camponeses e o Regime Militar”,

¹ Uma versão um pouco distinta foi apresentada no Colóquio Internacional “Trabalhadores, Golpes e Ditaduras”, realizado na Universidade Federal Fluminense (UFF), de 14 a 16 de maio de 2014, e publicada sob o título “Os trabalhadores rurais e o regime militar no Brasil”, In: Mattos, Marcelo Badaró; Vega, Rubén. (Org.). *Trabalhadores e ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal*. 1ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, v. 1, pp. 153-174.

² Mestre e doutora em Antropologia Social pelo PPGAS/UFRGS e PPGAS/Museu Nacional/UFRJ,, respectivamente. Atualmente, é professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais da UFRRJ.

³ CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da Repressão Política no Campo. Brasil 1962-1985. Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2010, 2011.

num projeto conduzido em conjunto pelo NuAT/NuAP, do PPGAS, Museu Nacional, UFRJ; CPDA/UFRRJ; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD)/MDA; e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, com publicações lançadas em 2012 e em 2013.

No que tange a meus engajamentos pessoais e profissionais sobre o tema, devo mencionar que, desde maio de 2013, integro a Rede de Pesquisadores da Comissão Camponesa da Verdade, criada por movimentos sociais (tais como Contag, CPT, MST, entre outros) e por pesquisadores de várias universidades no país. No segundo semestre de 2014, também atuei como pesquisadora sênior na Comissão Nacional da Verdade (CNV), no Rio de Janeiro.

A pesquisa que resultou no livro *Retrato da Repressão Política no Campo* foi conduzida por mim e pela antropóloga Ana Carneiro, com a supervisão do professor Moacir Palmeira, do PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, com a coordenação de Caio Galvão de França, do MDA, e a colaboração de numerosos pesquisadores, entre eles, Leonilde Medeiros, do CPDA/UFRRJ, além de outros estudiosos da questão agrária de diferentes regiões do país. A pesquisa foi proposta pelo MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) inicialmente a uma comissão de pesquisadores especializados em campesinato no primeiro semestre de 2010.

Naquele mesmo ano, entre agosto e novembro de 2010, eu e Ana Carneiro percorremos os estados de Pernambuco, Ceará, Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo e realizamos em torno de 15 entrevistas com líderes camponeses, militantes engajados na causa da reforma agrária, trabalhadores perseguidos, presos e torturados, além de familiares de trabalhadores rurais mortos e desaparecidos. Consultamos uma enorme quantidade de estudos - acadêmicos, técnicos e jornalísticos -, nos debruçamos sobre documentos impressos e audiovisuais disponíveis em acervos de memória públicos e privados em diferentes regiões do país. Neste trajeto de pesquisa, tivemos a colaboração fundamental de pesquisadores do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Pernambuco, do Ceará, da Paraíba, do Rio Grande do Sul, do Paraná, entre outros estados.

Um panorama revelador ia sendo esboçado tanto nas entrevistas e testemunhos colhidos diretamente por nós, pesquisadoras, como também emergia nos depoimentos fornecidos anteriormente ao projeto “Memória Camponesa e Cultura Popular”, desenvolvido desde 2004 e coordenado por Moacir Palmeira no Núcleo de Antropologia

da Política (NuAP), Museu Nacional, UFRJ, envolvendo também pesquisadores de outras instituições no país. O projeto Memória Camponesa foi, assim, uma base fundamental para o desenvolvimento da pesquisa. Pudemos nos beneficiar ainda de materiais ricos, contidos em acervos de memória relacionados tanto às questões da terra como dos direitos humanos. Uma fonte importante foi o *Livro-Relatório do Projeto Direito à Memória e à Verdade*, publicado pela Secretaria de Direitos Humanos, contendo informações sobre vários dos personagens que abordamos nesta publicação. Uma obra organizada pelo MST sobre os assassinatos ocorridos no campo entre os anos 1960 e 1980 também ofereceu contribuições fundamentais.

Durante cerca de três meses, recolhemos depoimentos de trabalhadores, sindicalistas e de suas famílias. Começamos trabalhando em conjunto e no decorrer da pesquisa dividimos as tarefas: eu me concentrei na região Nordeste e na região Sul, Ana Carneiro trabalhou mais diretamente com o Sudeste, o Norte e o Centro-Oeste. No desenvolvimento do trabalho, decidimos construir o texto a partir da escrita de pequenas biografias. O objetivo não era tanto o de fornecer os contornos de uma construção idealizada em torno de um heroísmo individual frente à repressão militar e/ou frente à opressão de patrões e proprietários rurais, mas evidenciar as estratégias de resistência – e, em alguns casos, de sobrevivência – de que lançaram mão os trabalhadores rurais e seus líderes neste período da história. Os relatos revelam as complexas imbricações entre as faces da violência sofrida pelos trabalhadores rurais, ora acionadas pelo Estado, por meio de seu aparato repressivo, ora praticadas pelo latifúndio e por seus agentes.⁴

Procuramos evidenciar que a violência privada sobre os trabalhadores rurais, antes e depois de 1964, é complexa e diversificada em suas formas: vai desde ações de impacto e ostensivas – como assassinatos, espancamentos e prisões – até outras mais sutis, cotidianas, que procuram minar a sua capacidade de resistência. Incluem-se no

⁴ Ver JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas camponesas?* Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1962; BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2011; PALMEIRA, Moacir. Desmobilização e conflito: Relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana. *Revista de Cultura e Política*, v.1, n.1, p. 41-56, 1979; CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA, CONTAG. *As lutas camponesas no Brasil*. 1980. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1981; MOVIMENTO dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Assassinatos no campo, crime e impunidade: 1964-1986*. São Paulo: Global Editora, 1987; e CARNEIRO & CIOCCARI, 2011.

.

.

segundo caso as invasões de roça por gado, a morte de animais domésticos, o fechamento de caminhos, etc. Em algumas situações, os agentes são conhecidos, em outras aparecem de forma ambígua, acobertados pela impunidade. Em determinadas regiões, como na zona canavieira de Pernambuco, isso é facilitado pela concepção vigente – propalada pelos senhores de engenho – de que sendo trabalhadores que usam como instrumentos de trabalho a faca e a foice para cortar cana, a única forma possível de fiscalização do seu trabalho é a coação constante, a possibilidade, sempre presente, de agressão física sobre o trabalhador.⁵

Em pesquisa realizada no Rio Grande do Norte, a antropóloga M. Fernanda Figurelli mostrou que, nas perseguições empreendidas pelos patrões sobre líderes camponeses que se engajavam na luta por seus direitos, havia aquelas, aparentemente mais sutis, mas que atingiam a honra e a reputação dos trabalhadores no seu meio social: por exemplo, raspar suas cabeças como se fossem ladrões de galinhas.⁶ Outras práticas também são chocantes, como na situação em que capangas de um usineiro tentam obrigar trabalhadores a enterrar vivo um companheiro, sob a mira de armas, como nos contou Euclides Nascimento, ex-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape).⁷

Uma parte significativa das violências contra camponeses e líderes sindicais é praticada por pistoleiros, jagunços e capangas, que são contratados por latifundiários e empresas para compor milícias privadas. Há casos em que a função é exercida por policiais em férias ou em serviço extra. Essas milícias privadas, comandadas em sua maior parte dos policiais, atuam com a própria força pública na repressão aos trabalhadores rurais. No caso dos conflitos de terra, os jagunços e pistoleiros são encarregados pelos grileiros – supostos proprietários –, pelos latifundiários e pelos grupos econômicos interessados em áreas ocupadas pelos lavradores para proceder a chamada “limpeza da área”. Por meio de violências físicas e de coerções, espalham o pânico entre as famílias para forçá-las a abandonar suas benfeitorias e a se deslocar a outras regiões. Deve-se notar que a mesma violência tradicional que havia no campo,

⁵ CAMPANHA NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA. *Violência no campo*. Petrópolis: Vozes, coedição com IBASE, 1985, p. 8-9.

⁶ FIGURELLI, M. Fernanda. Sociabilidades, direitos e cabeças raspadas; reconstruções de experiências sindicais rurais. In: LEITE LOPES, José Sergio; CIOCCARI, Marta (Orgs.). *Narrativas da Desigualdade: memórias, trajetórias e conflitos*. Rio de Janeiro: Mauad, 2013, p. 77-103.

⁷ Euclides Nascimento faleceu em 2012.

envolvendo latifundiários, senhores de engenho, usineiros, grileiros, nas últimas décadas manifesta-se ainda com a face moderna de grupos industriais e de conglomerados financeiros. Em algumas regiões, os conflitos envolvem “posseiros”, que são vítimas de violências cometidas por “grileiros”.

Em nossa investigação, registramos inúmeras formas de violência. Há a punição em que o trabalhador é mergulhado em um tanque com mel e, amarrado pelo pescoço, conduzido para ser lambido por vacas, ficando com o corpo em carne viva. Outro é espancado e trancafiado na cadeia privada de uma usina, “fechada como caixão de defunto”, com apenas um buraco para respirar, conhecida como a “Benedita”. Há os que são obrigados a trabalhar sob a vigilância de armas, algumas privativas das Forças Armadas, como no caso da Chacina de Mari, na Paraíba. Muitos dos episódios evidenciam que, mesmo quando os trabalhadores decidem ingressar na Justiça para enfrentar o grileiro ou o fazendeiro, na maior parte das vezes a lentidão dos julgamentos e a parcialidade do Poder Judiciário faz com que não consigam esperar uma solução: são expulsos antes de suas posses ou são obrigados a lançar mão de formas mais violentas de resistência. Quando os trabalhadores reagem e uma morte acontece, o julgamento é rápido e exemplar. Um exemplo foi a prisão, no Pará, de 13 posseiros e dos padres Aristides Camio e Francisco Gouriou, acusados do assassinato de um funcionário do Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT). Em contrapartida, os assassinos dos líderes camponeses Raimundo Ferreira Lima (PA), Wilson Pinheiro (AC), Margarida Alves (PB) e José Cícero (AL) nunca foram punidos.⁸

Como se sabe, as décadas de 1940 e 1950 já haviam sido marcadas por importantes conflitos, como bem ilustram os casos de Porecatu, no Paraná, e de Trombas e Formoso, em Goiás. Mas foi com o surgimento e a expansão das Ligas Camponesas e com a organização dos sindicatos dos trabalhadores do campo que essas lutas passaram a preocupar mais intensamente o poder público. Foi o período do surgimento dos sindicatos de trabalhadores rurais, organizados sob a influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) ou da Igreja Católica. Então, apesar de inúmeras mobilizações e de alguns movimentos significativos nos anos de 1940, foi a partir dos anos 1950 e 1960, com a criação das Ligas Camponesas e dos sindicatos, que os trabalhadores rurais começaram a se constituir como interlocutores do próprio Estado, e

⁸ CARNEIRO; CIOCCARI, 2011, p. 29.

se tornaram também objeto de políticas públicas. Expressivas mobilizações foram necessárias para que houvesse a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, para que as entidades de representação dos camponeses pudessem existir legalmente e fosse editado o Estatuto da Terra. Um processo histórico tortuoso desenvolveu-se até a transformação dos trabalhadores rurais em categoria social reconhecida e, finalmente, num ator político fundamental.

Se até meados dos anos 1960 havia em curso uma aliança unindo as oligarquias rurais e as forças do Estado, no regime militar tal relação exacerbou-se. Logo nos primeiros dias de abril de 1964, com a garantia da impunidade, grandes proprietários de terras, donos de engenhos, usineiros e grileiros aproveitaram para pôr fim às suas contendas, animados pelas ações praticadas por militares contra trabalhadores e líderes camponeses. Em entrevista ao *Pasquim*, em 1979, Francisco Julião salientava que as Ligas Camponesas foram a primeira organização atingida:

“Imediatamente após o golpe, foi posta na ilegalidade e começaram a perseguir e prender camponeses e assassinaram vários, enforcaram, queimaram... (...) Pedro Fazendeiro, da Liga de Sapé, na Paraíba, foi pendurado numa árvore e queimado com gasolina pelos grandes latifundiários da região.”⁹

Quase todos os dirigentes das Ligas foram presos ou mortos. No dia 21 de abril de 1964, o *Diário de Pernambuco* noticiava a morte do presidente da Liga de Vitória de Santo Antão, Albertino José da Silva, ao que tudo indica assassinado por milícias privadas.

Como afirmou o sociólogo Otávio Ianni, “a ditadura instalada no País elegeu o Nordeste como uma região particularmente importante, perigosa, na qual desencadeou uma repressão política selvagem”.¹⁰ Tal “perigo” se desenharia no momento em que a esquerda obtinha avanços importantes na organização dos trabalhadores rurais. Em boa parte do Nordeste, nesta época, os camponeses eram obrigados ao pagamento do “cambão” (dois ou três dias de trabalho semanal de graça ao engenho ou fazenda) e do “foro” (renda paga anualmente). Os direitos dos trabalhadores eram ignorados ou

⁹ KOURY, Mauro. *Práticas instituintes e experiências autoritárias. O sindicalismo rural na mata pernambucana, 1950-1974*. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Sociologia), Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, São Carlos, 2010, p. 206.

¹⁰ BERNARDES, Denis. Octávio Ianni e a questão Nordeste. In: LIMA, Marcos Costa (org.). *A sociologia crítica de Octávio Ianni: uma homenagem*. Recife: UFPE, 2005, p.40-41.

golpeados pelas violências de latifundiários e de suas milícias, quase sempre com a conivência policial. A violência atingiu amplamente as classes assalariadas da região, no campo e na cidade, mas o maior peso da repressão, direta e brutal, foi descarregado sobre os camponeses. As principais vítimas foram os trabalhadores rurais, os membros das Ligas Camponesas, os sindicatos de trabalhadores rurais e os dirigentes dessas organizações. A repressão atingiria também integrantes de grupos e partidos políticos que lutavam em defesa dos interesses desses trabalhadores.

No Nordeste, os efeitos do golpe militar foram imediatos e brutais, com a prisão e o assassinato de dezenas de líderes. O Exército ocupou e interveio na maioria dos sindicatos rurais do Nordeste. Dos 40 sindicatos rurais existentes na época, na Zona da Mata de Pernambuco, 38 sofreram processos de intervenção imediatamente após o golpe. Destes, 26 tiveram mais de um processo de intervenção pela DRT até 1967. Como registrou Koury, “a maior parte dos trabalhadores e lideranças mortas no campo foi sacrificada pelas milícias privadas dos proprietários rurais ou com a ajuda direta dos mesmos”.¹¹ Entre 1964 e 1970, 40% dos mortos em conflitos de terra eram da zona da mata nordestina. Essa aliança entre as forças policiais e as oligarquias rurais se reproduziu em diferentes moldes nas demais regiões do país.

Nos primeiros anos de ditadura, havia ainda certo espaço para as manifestações populares. A situação se tornaria ainda mais crítica nos anos 1970, quando ocorreu o maior número de casos de prisões e assassinatos de líderes camponeses. Um estudo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), publicado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), indicou que entre 1964 e 1989, o Brasil contabilizou 1.566 assassinatos de trabalhadores rurais, dos quais há registro de apenas 17 julgamentos e oito condenações, numa clara caracterização da impunidade.¹²

Diante dos limites impostos pela repressão, o sistema de organização adotado pelos sindicatos, prevendo um delegado sindical em cada engenho, como no Nordeste, possibilitava enfrentar a violência dos patrões. Como nos contou o ex-presidente da Contag José Francisco da Silva, em Vicência (PE), os próprios sindicalistas tinham que andar armados e montar esquemas que envolviam a presença de grande número de

¹¹ KOURY, Mauro, 2010, p.206.

¹² MOVIMENTO dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Assassinatos no campo, crime e impunidade: 1964-1986*. São Paulo: Global Editora, 1987.

trabalhadores para protegê-los. O que ouviam era: “Não entra que morre! Não entra que morre!”¹³ No período posterior ao golpe, a luta era para restabelecer o funcionamento dos sindicatos interditos, mesmo que fosse para atuarem nas limitações do estatuto dos sindicatos e da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Nessa época, as lutas sindicais se ancoravam no cumprimento da legislação em vigor – o Estatuto da Terra e o Estatuto do Trabalhador Rural, aprovado somente em março de 1963.

Mesmo a defesa de direitos já consagrados em lei era encarada como um desafio à ordem imposta pela ditadura, nas suas alianças com grandes proprietários de terra e com senhores de engenho. Isso ficaria evidente, por exemplo, nos depoimentos não só de José Francisco da Silva, mas também de Marcos Martins da Silva, fundador do sindicato de Escada, e de Luiz Inocêncio Barreto, do conflito de Matapiruma, ambos em Pernambuco, mas também de Vicente Pompeu da Silva, do Ceará, além de figurar nos documentos dos órgãos de repressão.¹⁴

Desta forma, resgatar a memória do que ocorreu no campo durante o regime militar era contar uma história que tinha sido construída no anonimato, sem registro nos documentos oficiais. Num depoimento, Elio Neves, presidente da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp), sugeria que tão terrível quanto a violência física praticada pelos órgãos de repressão foi a que subjogou os trabalhadores pelo silêncio: “As pessoas até hoje têm medo de contar a sua história porque há uma mordação colocada em suas bocas”, ele dizia. Muitas vezes, os detalhes de violências sofridas ou testemunhadas eram ocultados pelo medo e pela vergonha surgida da experiência do absurdo. Percebíamos que mesmo quando muita coisa era revelada, muitas outras coisas continuavam a ser caladas. Como observou o líder camponês Manoel da Conceição Santos, referindo-se às torturas que sofreu em suas nove detenções durante o regime militar: “São coisas que me chocam muito até hoje. Se faço alguma coisa é porque considero que tenho um dever, já que, devido à censura, a sociedade não tomou conhecimento de muitos desses fatos”.¹⁵

¹³ Em entrevista ao projeto *Retrato da Repressão Política no Campo*.

¹⁴ CARNEIRO; CIOCCARI, 2011, p.22-28.

¹⁵ CARNEIRO; CIOCCARI, 2011, p.23.

Tecendo narrativas das vítimas de graves violações

É preciso analisar também as formas pelas quais, por meio das narrativas, estes trabalhadores reconstróem suas memórias individuais e coletivas (Halbwachs, 1990; Pollak, 1989) e, ao descreverem seus percursos, suas vicissitudes e as tragédias que tiveram que enfrentar, refletem sobre sua própria identidade, re-criando sentidos em meio a lembranças de fatos muitas vezes inomináveis (Cyrulnik, 2009). Pode-se dizer, a partir de Cyrulnik, que “todo relato é um projeto de libertação”, já que o modo de narrar a própria história atua na estruturação dos sentimentos e das percepções que experimentamos acerca do vivido.¹⁶

Deve-se destacar, por outro lado, a partir das análises de Sarti (2011), o modo pelo qual a noção de “vítima” assume um lugar central nas investigações sobre a ditadura militar brasileira, entre 1964-1985, e nas discussões travadas no âmbito dos Direitos Humanos após a aprovação da Lei da Anistia de 1979. Como explica a autora, a identificação das vítimas de graves violações de direitos humanos é parte dos programas de reparação dos danos, aspecto relevante no resgate das memórias do regime militar no Brasil e nos demais países latino-americanos que enfrentaram ditaduras na segunda metade do século XX. A noção contemporânea de vítima originase das políticas de reparação frente às atrocidades das experiências de guerras (e, posteriormente, de regimes totalitários e autoritários), em particular o holocausto, dentro da perspectiva de internacionalização da questão do combate à violência inscrita na categoria de “crimes contra a humanidade” pelos organismos internacionais (Sarti, 2011, p. 54-55).¹ Nesta perspectiva, a noção de vítima configura um modo de dar inteligibilidade ao sofrimento de segmentos sociais específicos, em certos contextos.

O conceito contemporâneo de vítima, conforme Sarti (partir de Eliacheff e Larivière, 2007), adquire novo estatuto a partir da definição psiquiátrica da categoria do Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT). Essa categoria diagnóstica, resultante da orientação geral do DSM-III (a terceira versão do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*), publicado pela *American Psychiatric Association*, em 1980, é um dos suportes do tratamento das vítimas de violência na área da saúde mental e constitui-se em articulador ideológico da noção de vítima de violências.

¹⁶ CYRULNIK, 2009, p. 11, 153.

Em outra perspectiva, estudos da psicanalista francesa Françoise Sironi (1999) contribuem para revelar dimensões do sofrimento das vítimas de graves violações. A partir de estudos clínicos com sobreviventes de torturas, desenvolvidos na Association pour les victimes de la répression en exil; no Centre Primo Levi (Centro de cuidados para as vítimas de tortura e de violência política); e no Centre Georges Devereux, em Paris, a autora passou a considerar a tortura uma forma de aculturação, uma maneira de reduzir o indivíduo a um ser sem especificidade cultural, sem singularidade, uma tentativa de quebrar os laços que o ligam a uma organização, a um grupo. A função política e social da tortura seria, assim, mais fazer calar do que fazer falar. A obtenção de informações seria a finalidade aparente (e reivindicada pelos próprios torturadores); mas o objetivo final seria fazer calar suas vítimas. Ou seja, destruir a pessoa e, através dela, os grupos de pertencimento (políticos, associativos, religiosos, familiares, etc.). Em suas pesquisas, Sironi constatou que a vítima da tortura turca ou chilena se parecia mais com uma vítima marroquina do que com seus compatriotas turcos ou chilenos. Isso porque as técnicas usadas pelos torturadores procuravam apagar todos os pontos de referência da vítima, quebrar os limites pelos quais uma identidade individual se constrói em sua relação com um grupo, com um coletivo.

No resgate de memórias do regime militar e nas investigações conduzidas tanto por estudos acadêmicos como pelas comissões pela memória e verdade no Brasil, percorre-se em larga medida o caminho inverso: busca-se humanizar as vítimas, restabelecer suas peculiaridades e singularidades e reconstruir seus laços de pertencimento (profissionais, políticos, sindicais, religiosos, familiares, étnicos, raciais, de gênero, etc.). Trata-se de uma missão de enorme amplitude e em permanente atualização, em razão da vastidão do universo e da multiplicidade do perfil dos atingidos em diferentes segmentos, compreendendo distintos grupos da sociedade brasileira, tenham sido eles mais engajados ou menos engajados na resistência ao regime, mais visados pelas políticas de violência ou afetados pelo medo, pela impotência e pelo desamparo diante da ameaça cotidiana que se abateu sobre enormes parcelas da população.

Na sequência, descrevo algumas trajetórias de camponeses perseguidos e descrevo alguns conflitos nos quais ocorreram ações de repressão privadas e/ou de agentes do Estado.

Marcos Martins da Silva: a prisão na “Benedita”, a cadeia privada de uma usina

Meu primeiro contato com o líder camponês Marcos Martins da Silva deu-se escutando seus depoimentos gravados no âmbito do projeto Memória Camponesa, disponíveis no Núcleo de Antropologia da Política (NuAP), no Museu Nacional. Sabia que aquele homem destemido – de uma voz aguda, marcada por um colorido sotaque pernambucano que tornava muito vívidas as suas denúncias -, havia sobrevivido, não se sabe como, a uma sucessão de violências, praticadas tanto por parte de agentes da repressão do Estado como por parte de latifundiários. Sabia que, no presente, ele vivia numa espécie de exílio voluntário no interior de Goiás, onde apenas os amigos mais próximos tinham acesso, e que preferia resguardar-se de entrevistas e de uma exposição pública. Contatei-o por meio de amigos, de pessoas de sua confiança e, embora relutante a princípio, ele concordou em nos receber no sítio em que mora e em cujos caminhos nos perdemos algumas vezes até chegarmos ao destino.

Ali, ao ouvi-lo desde a primeira vez, foi possível entender a sua reclusão. Mais de uma vez, Marcos foi preso, torturado e ameaçado de morte. O temor perpetrado por essas violências fez com que, em diversas ocasiões, ele se recusasse a contar a sua história e a deixar-se fotografar ou filmar. Estive na casa de Marcos por duas vezes. Na primeira, em outubro de 2010, fizemos uma longa entrevista sobre seus itinerários como sindicalista e sobre os dramas vividos a partir da perseguição de latifundiários, agentes da repressão e pistoleiros.ⁱ Voltei a visitá-lo em fevereiro de 2011, quando passou a detalhar outros aspectos da sua trajetória, falando de forma mais desenvolta sobre aspectos que, na entrevista anterior, eram expostos com reticência. Na primeira vez, entreguei-lhe de presente a ele um livro de memórias do líder camponês Manoel da Conceição, do Maranhão.ⁱⁱ No segundo encontro, Marcos demonstrou que havia lido a publicação e fez comentários sobre o fato de que aquele sindicalista – que ele não conhecia pessoalmente, mas de quem ouvira falar – havia “passado por coisas ainda mais terríveis” do que ele mesmo passara. Como vim sugerindo, o conhecimento de outras memórias relativas à ditadura pode contribuir a que um ex-perseguido político compartilhe sua própria experiência, ao encontrar um eco para o vivido. Abre-se, assim, uma nova possibilidade de representação do sofrimento.

O líder camponês Marcos Martins da Silva, um dos fundadores e o primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Escada (PE), sobreviveu a uma série de violências, praticadas tanto por parte de agentes da repressão do Estado como

por latifundiários nos anos 1960, 1970 e 1980. Mais de uma vez, Marcos foi preso, torturado e ameaçado de morte. O temor perpetrado por essas violências forçou-o já no começo dos anos 80 a empreender um exílio dentro do próprio país. O impacto psicológico das violências fez com que, por longo tempo, ele se recusasse a relembrar e a contar a sua história.

Em entrevistas concedidas ao projeto *Retrato da Repressão Política no Campo*, ele mencionava a frase dita por um policial à paisana, em meio a uma sessão de espancamentos, em 1963: “Ou renuncia ao sindicato ou morre!” A trajetória de Marcos como sindicalista foi marcada pela defesa dos direitos dos camponeses e, paralelamente, por uma perseguição violenta tanto por parte dos senhores de engenho e seus pistoleiros como pela polícia – antes e durante o regime militar. O ex-dirigente sindical relata com riqueza de detalhes episódios que evidenciam a sua atuação combativa como líder sindical e o seu confronto com os patrões, vividos cerca de meio século antes.

Filho de camponês, nascido em Vitória de Santo Antão – município que ficaria conhecido pela atuação das Ligas Camponesas nos anos 1950 –, Marcos começou a trabalhar aos sete anos num engenho de açúcar em Pernambuco. Em 1962, ao ser eleito presidente do sindicato de Escada, começou uma campanha pelo direito dos camponeses a receber o 13º salário, garantido por lei, mas ignorado pelos senhores de engenho. Convocou uma assembleia e falou em nome dos trabalhadores rurais de Pernambuco. Na assembleia, defendeu a paralisação e recebeu o apoio da categoria. Naqueles dias, recebeu uma intimação da Delegacia Regional do Trabalho (DRT). No momento em que Marcos falou do direito dos camponeses ao 13º salário, o assessor de um usineiro replicou: “Mania de comunista...” O sindicalista reagiu: “O senhor é doutor?”, perguntou. “Sou”, disse o outro. “Então, deve conhecer a legislação que diz que o trabalhador rural faz jus ao 13º salário”. Marcos denunciou que os trabalhadores rurais não tinham nem folha de pagamento, o que era mais uma irregularidade. O representante da DRT propôs um acordo: as usinas teriam trinta dias para fazer a folha de pagamento. O sindicalista percebeu que isso não ia entrar em ata. “Na assembleia, vou depor aos trabalhadores que não vai ter documento. Pode botar na ata que constou tudo o que foi acertado”. O acordo foi então assinado.

Quando estava acabando o prazo, convocou outra assembleia para a deflagração da greve. Recebeu então uma ameaça, que resumiu assim: “Se a greve for

declarada, para os trabalhadores, bala. Pra mim, uma surra que não morro e não fico bom”. Ficou revoltado e quis saber se os senhores de engenho poderiam mandar esse recado também por escrito. Pouco antes da decretação da greve, foi abordado em sua residência por soldados à paisana. “Seu Marcos, o coronel da Secretaria da Segurança Pública, convoca o senhor para um entendimento”. Embarcou no jipe e logo ouviu a ameaça de que “não iria voltar mais”.

O trajeto foi uma “guerra de nervos”. Aqueles homens queriam aterrorizá-lo. Mas ele ainda não conseguia pensar em coisa pior, pois considerava que o país estivesse vivendo numa democracia com o governo João Goulart. Sua primeira prisão ocorreu no dia 17 de janeiro de 1963. O sindicalista contou que, depois de sequestrado, foi violentamente espancado. Um dos policiais o ameaçava: ‘Você vai renunciar ao sindicato: ou renuncia ou morre!’ Depois dessa “sessão”, os homens pretendiam levá-lo a um canal do engenho Espinho, mas se perderam em meio às plantações e decidiram conduzi-lo à usina Caxangá, já conhecida pelos maus-tratos aos trabalhadores. Nesta narrativa, ele revela uma forma menos conhecida da violência praticada contra trabalhadores nas usinas: o cárcere privado.

“Me botaram num quarto incomunicável. Toda usina tinha uma cadeia escondida chamada ‘Benedita’ - um quartinho pequeno, bem fechado, como uma catacumba de defunto, que só tinha um buraquinho pra tomar fôlego. (...) Eles me dizendo: ‘No outro dia, nós viemos pra te levar para a mata do Espinho...’”

Era uma senha de que seria executado. O local ficava no arruado em que moravam os trabalhadores. O orifício da cadeia estava voltado para a vila operária. Ele recorda-se que, daquele lugar, escuro como breu, viu uma garotinha passando e lhe pediu socorro. Contou a ela que estava ali preso e sentenciado à morte e pediu que lhe trouxesse lápis para que pudesse escrever um bilhete a ser levado ao sindicato. O sindicalista escreveu uma única frase num papel de embrulho: “Marco[s] em Caxangá, sentenciado à morte à meia-noite”. A menina disse que ia falar com sua mãe. Logo voltou correndo: “Mamãe arrumou um portador pra seu bilhete”. Quando soube que a mensagem havia sido levada ao sindicato, Marcos voltou a ter esperanças de que iria sobreviver. Ficou naquele cubículo por mais de 24 horas. Assim que recebeu o bilhete, a direção da entidade foi procurar um militar do IV Exército, conhecido dos trabalhadores. A denúncia: “Nosso companheiro foi sequestrado na usina Caxangá”.

Como explica o líder camponês, a ação produziu efeitos. Na madrugada seguinte, havia soldados do Exército cercando a “Benedita”. O coronel do Exército falou com ele pelo orifício da parede. “Quem botou o senhor aqui?” O sindicalista contou-lhe a história. Marcos foi libertado no Colégio Agrícola da localidade e, debilitado pelos espancamentos, levou duas horas para chegar à sua casa. Quando se recuperou, convocou outra assembleia e relatou: “Quiseram me matar para não pagar o 13º salário!” Dizia que, se morresse, o sindicato deveria continuar com a luta. Recordase que, enquanto ele falava, os camponeses levantavam as foices ao ar para mostrar a sua revolta e bradavam: “Eles têm bala, a gente tem foices!”

Seu segundo sequestro ocorreu já no regime militar, por volta de 1966. Nesta época, ele estava defendendo um decreto que concedia ao trabalhador rural uma área para o plantio de subsistência. Já não estava mais à frente do sindicato, que havia sofrido intervenção. Eleito, teve impedida a sua posse e passou a responder a um processo na Auditoria Militar, do qual foi absolvido dois anos depois. Nesse período, pediu a um dos diretores do sindicato que convocasse uma assembleia, aproveitando que o interventor estava fora. No dia seguinte, o dirigente foi expulso do sindicato e Marcos, preso na Polícia Federal.

Estava em sua casa quando um jipe estacionou em frente. Um dos homens, à paisana, disse-lhe: “Seu Marcos, a gente estava passando por aqui e disseram que o senhor sabia onde era a sede do sindicato. Pode mostrar pra gente?” Ele foi andando ao lado do carro. Disseram que subisse, pois iriam mais depressa. O sindicalista notou que eles se calaram assim que ele subiu no jipe e se logo o carro se desviou do caminho. Tentou protestar, mas recebeu uma “gravatada na goela”. A partir daí, vieram golpes de cotovelo nas costelas e no queixo. Um dos homens respondeu: “A gente é polícia especial, o senhor está sendo levado para um depoimento”. Ainda reagiu: “Se é polícia especial e faz isso, imagina se não fosse!”

Foi algemado e teve os olhos vendados. “Me vendaram os olhos com uma lona preta que parecia ter saído de um poleiro de galinha de tão suja”. Depois de passarem por dois portões, em local que ele desconhecia, entraram num compartimento e lhe indicaram uma cadeira. Só então lhe tiraram a venda dos olhos. Anos mais tarde, ele conseguiu identificar o lugar. Era um túnel embaixo da linha de ferro de Jabotão, que servia de local para ações da polícia. Estavam todos sem farda, mas afirmavam ser ali

um quartel. Naquele momento, a passagem de um trem, fazendo o chão tremer, trouxe-lhe a percepção de estavam junto a uma linha férrea. Marcos começou a ser interrogado:

Agente - Você é comunista?

Marcos - Não, defendo o direito do trabalhador rural. Mas se defender os direitos do trabalhador rural é ser comunista, então eu sou...

Lembrava-se da ordem do agente: “Você vai fazer a história do movimento sindical”. Soltaram a sua mão direita e lhe deram uma folha de papel e caneta. “Vai escrever um histórico do movimento sindical, político e estudantil”. Com pouca escolaridade, Marcos escreveu: “O sindicato é o departamento para defender os direitos dos trabalhadores”. Sobre o movimento estudantil, anotou que só tinha aprendido a assinar o próprio nome. E concluiu assim: “Político eu não sou. Só voto por dever de cidadão”. Quando entregou o papel, com as notas curtas, o policial lhe disse: “O senhor não sabe escrever muito não!” À meia noite, foi solto.

O sindicalista sofreu a terceira série de perseguições na década de 1980. Em 1980, o presidente do sindicato de Correntes, José Francisco dos Santos, tinha sido assassinado por dois pistoleiros. Os líderes sindicais discutiam com o advogado da entidade uma forma de obter a prisão dos criminosos. O assessor explicou que o promotor só podia fazer a acusação se dispusesse de uma peça denunciando o crime. As manifestações de Marcos para que houvesse justiça o colocaram em situação de risco.

“A ruína que veio para mim foi que eu fiquei insistindo para que os pistoleiros fossem presos. Aí começaram a me perseguir. No primeiro dia, escapei de um cerco...Tive que sair de Pernambuco. A própria polícia fazia parte do rol de pistoleiros. Era tudo embutido. Então, veio tudo para cima. Tinha muita gente na lista para morrer. O chefe dos pistoleiros era José Mendes, dono de um açougue para lavagem de dinheiro.”

Antes de ser assassinado, o próprio fazendeiro teria encomendado a execução de Marcos, que passou a ser procurado por matadores de aluguel. Numa fuga incerta, o sindicalista saiu do município de Escada e foi para Garanhuns. Recordava-se que chegou lá num domingo. Na segunda-feira “já havia gente no canavial à minha procura”. O pistoleiro encontrou com um conhecido dele e mandou-lhe um recado: “Ele pode se socar num buraco de tatu, que nós o acharemos”. Marcos percebeu que teria que

ir embora da sua terra: não podia medir forças com pistoleiros. Ficou ainda algum tempo trabalhando em Carpina, mas soube que lá também andaram à sua procura. Decidiu então sair de Pernambuco, em 1981. Desde então, passou a viver no interior de Goiás, numa espécie de semi-clandestinidade forçada. Além das sequelas corporais das violências, as perseguições imprimiram-lhe profundas marcas emocionais.

No entanto, ao decidir contar sua saga com tantos detalhes, Marcos já parecia ter saído parcialmente de seu isolamento. Sua história, ao ser narrada, passava a ser elaborada de forma menos dolorosa, pois aparecia inscrita no interior de um conjunto de memórias de líderes camponeses do mesmo período, que viveram tragédias comuns, mas cujo resgate podia ser compartilhado com quem quisesse conhecê-las e estivesse disposto a aprender com elas.

“Não sei como não morri, andei perto de morrer”, contou Vicente Pompeu da Silva

Ex-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado do Ceará (Fetraece) e militante do PCB no Ceará, Vicente Pompeu da Silva concedeu-me a primeira entrevista em setembro de 2010, na casa de um de seus filhos, em Fortaleza.ⁱⁱⁱ Com 85 anos na época, era desses homens cuja postura e narrativa traduzem a dignidade e a fibra dos velhos militantes, que não se rendem às perdas. Havia estado à frente das mais importantes lutas dos trabalhadores rurais do Ceará e, por causa disso, foi preso várias vezes e torturado durante o regime militar.

Na ocasião de nosso último encontro, em fevereiro de 2011, passou a revisitar suas memórias e a revelar novos detalhes. Traduziu todo o percurso de toda uma vida numa única frase: "Eu fui preso e torturado porque lutava, como luto ainda, pela reforma agrária. Por isso eles queriam consumir comigo, uma ignorância muito grande". Páginas e páginas que se pudesse escrever não seriam tão precisas para sintetizar a sua saga. Na ocasião, contou sobre uma carta que havia enviado à presidente Dilma Rousseff – a quem considerava “uma companheira”, “uma lutadora”-, pedindo que ela se empenhasse em promover a reforma agrária no país. Quando nos despedimos, recebi de presente mangas, extraordinariamente doces, colhidas na propriedade dele e da esposa, e uma cópia do livreto de cordel sobre o PCB que ele havia escrito anos antes, quando fora candidato a deputado pelo partido. Aquele encontro também foi uma despedida. Pouco mais de um mês depois, soube da sua morte, ocorrida em 25 de março de 2011.

Filho de camponês, Pompeu nasceu em Potengi (CE). “O pai tinha terra nas unhas, como eu”, disse. A família mudou-se para Iguatu quando ele tinha três anos. Com sete, o menino começou a trabalhar na roça. Um dia, apareceu o pretense dono da propriedade, um coronel da aeronáutica, declarando que aquela terra tinha sido vendida. Desde pequeno, ele conheceu essa dura situação vivida pelas famílias de posseiros. Desde a adolescência, Pompeu trabalhou na condição de meeiro numa propriedade alheia. Entre 1954 e 1963, fundou com outros companheiros 29 associações de trabalhadores rurais no Ceará, tendo sido eleito presidente da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Iguatu, entidade que depois foi transformada em sindicato, do qual ele foi o primeiro presidente, em 1962. Depois, foi eleito presidente da Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Ceará. Conforme Pompeu, a palavra de ordem era a reforma agrária, “mesmo que não fosse radical, que fosse parcial, e para que os que trabalhassem para patrão tivessem a carteira assinada”. Mas defender os direitos dos camponeses era considerado “subversão”.

Vicente Pompeu ocupava a presidência da Federação dos Trabalhadores Rurais do Ceará, fundada em setembro de 1963, quando foi preso em 03 de abril de 1964 – três dias após o golpe militar. Recordava-se que, naquele dia, voltava do roçado carregando um saco de milho verde nas costas para alimentar os oito filhos quando foi abordado pela polícia. “Não fui preso no mesmo dia do golpe porque não me encontraram”, contou. Destacava, no seu relato, o fato de que, um ano antes da tomada do poder pelos militares, o movimento sindical havia conseguido reunir cerca de 2 mil trabalhadores na região de Iguatu para a escolha dos cem delegados ao Congresso da Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (Faltac), em Fortaleza. Durante a ditadura centenas de camponeses passaram a rasgar as suas carteiras de sócios do sindicato, com medo dos patrões e da polícia.¹⁷

Na primeira vez em que foi preso, Pompeu foi mantido incomunicável durante 30 dias numa cela no subsolo de um prédio da Polícia Federal. Depois, foi conduzido ao 23º Batalhão de Caçadores. Ali estavam detidos presidentes dos sindicatos dos alfaiates, ferroviários, bancários, sapateiros, motoristas, metalúrgicos, além de líderes estudantis e

¹⁷ Ver também: MADEIRA, Raimundo. Gênese sindical sob a marca da repressão. *O Povo*. Fortaleza, Ceará, terça-feira, 20/04/2004, p. 4; e OLIVEIRA, Papito de (org.). *Vozes silenciadas*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2009.

professores. Relatou que, naqueles 45 dias em que ficou encarcerado, sua experiência como barbeiro ajudava os companheiros a manter uma aparência de dignidade. Quando foi solto, não cessaram as perseguições e as ameaças por parte da repressão.

Inúmeros episódios são relatados por ele, pontuando aspectos das perseguições empreendidas pelos agentes da repressão. Recordava-se que, numa ocasião, estava na casa de um companheiro em Quixadá e soube que a polícia estava procurando os líderes em localidades onde os sindicatos haviam sido criados. Saiu da casa na madrugada e assim conseguiu fugir. Quando a polícia apareceu, um soldado disse ao homem: “O senhor está convidado a conversar com o Exército”. Apavorado, o morador tentou despistar: “Sei que o Pompeu fundou o sindicato, mas nunca mais o vi”. “Isso é o que você diz!”, declarou o policial, ameaçador. No dia seguinte, o morador amanheceu triste e não quis tomar o café da manhã. Foi para a roça, amarrou uma corda numa árvore, colocou a corda no pescoço e se enforcou.

Pompeu contou que, depois de uma de suas prisões, ao ganhar a liberdade já não encontrou mais nada da sede da federação dos trabalhadores rurais que ficava no bairro Padre Andrade, hoje Jardim Iracema. O prédio havia sido demolido nos primeiros dias do novo regime. Os documentos que estavam na sede da entidade só não foram extraviados ou apreendidos porque ele mesmo, pressentindo tempos duros, tratou de enterrar 18 cartas sindicais no pátio da casa de um vizinho. Ao deixar a prisão, desenterrou o material e encaminhou essa documentação à DRT. Os sindicatos ficaram longo tempo manietados, sob intervenção, ou dirigidos por simpatizantes do governo. Os principais líderes estavam sendo perseguidos. Pompeu ainda foi eleito presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fortaleza, mas seria obrigado a renunciar pela DRT. Um interventor assumiu o comando do sindicato por três meses, e a sede, que ficava na Granja Portugal, também foi derrubada.

Militante histórico do PCB, Pompeu foi convidado a ir à União Soviética pelo partido entre 1967 e 1968. Em seu retorno ao país, enfrentaria tempos difíceis. Uma palestra na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fortaleza foi o pretexto para uma nova prisão. Era abril de 1974 quando foi levado para a Polícia Federal, sob a acusação de “comunista”. Lembrava-se de ter sido colocado num avião da Base Aérea, “algemado, com um capuz na cabeça e amarrado numa das poltronas”. O avião aterrissou no meio da mata. Ele e outros quatro presos – dois homens e duas mulheres –

desceram do avião, ainda encapuzados. Foram jogados na parte traseira de uma caminhoneta e cobertos por uma lona. Pelos ruídos do trânsito, perceberam que haviam chegado a uma cidade. Foram levados ao quartel do Exército, em Pernambuco. Ali, foram colocados nus numa cela, no chão frio – “não tinha nada, muito menos colchão”.

“Às duas e meia da manhã aparecia um “fardado” para nos levar para a tortura. A primeira atitude que tomava era colocar um capuz na cabeça dos prisioneiros e algemar as mãos destes para trás. Em seguida – isso na sala de interrogatório -, tirava a roupa do detento e colocava um fio de choque nas orelhas e nos testículos. Quando ligavam o instrumento de tortura, a gente sabia: descia e rolava pelo chão, os dentes cortavam a língua, o sangue escorria dos joelhos e dos cotovelos.”

Quando já estavam ensanguentados, eram pendurados em paus-de-arara. Mas as formas de martírio eram diversas. Numa noite de chuva, foi posto com as mãos erguidas e atadas pelas algemas debaixo de um pé de manga. Ficou ali dependurado durante dez dias - quatro deles sem comer nem beber. O terrorismo psicológico ainda envolvia comentários sobre outro preso que teria sido enterrado ali mesmo. “Amanhã é você”, ameaçavam os agentes. Quando parecia desmaiado, ouvia: “Mete o dedo no olho dele pra ver se ainda está vivo”. Com a sucessão de maus-tratos, quase 40 anos depois considerava um milagre que ainda estivesse vivo: “Não sei como não morri, andei perto de morrer”, dizia. Nos interrogatórios, a pergunta era se ele era comunista e se planejava atividades armadas.

Agente - Senhor Pompeu, o senhor quer fazer a revolução a mão armada?

Pompeu - Não, nem sei usar espingarda.

Agente - Mas sabe onde estão as armas?

Pompeu – Sei. Estão nas mãos da polícia – dizia, justificando que as únicas armas que já tinha visto nas mãos de trabalhadores eram a enxada, a foice e o martelo.

Condenado a dois anos de prisão pelo Conselho Permanente de Justiça para a Aeronáutica, foi libertado do Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), onde cumpriu a pena, em 24 de novembro de 1976. Do lado de fora da prisão, passaria ainda por outras formas de sofrimento. Sem emprego e sem fonte de renda, com a saúde maltratada, teve

de enfrentar outras humilhações e dificuldades para retomar o curso da vida. Nos últimos anos, foi beneficiado com a Lei da Anistia, obtendo um reconhecimento político do Estado brasileiro pelas prisões, torturas e perseguições a que foi submetido. Naqueles dias em que nos vimos pela última vez, ele planejava distribuir entre os oito filhos a indenização que recebera.¹⁸

A Coleção Camponeses e o Regime Militar

A Coleção “Camponeses e o Regime Militar”, surgiu em 2011 como um desdobramento do projeto do Retrato, coordenada pelo MDA, a SDH, o Museu Nacional e o CPDA. Abarca textos de pesquisadores acadêmicos e não acadêmicos, assim como narrativas escritas pelos próprios camponeses, que reconstroem memórias individuais e coletivas. As narrativas permitem àqueles que viveram na carne tanto sofrimento, resgatar lembranças e possibilitar reconstruções biográficas que os levem a atravessar a intimidação e o medo que continuam a assombrar o presente. Essas trajetórias também passam a ser inscritas num conjunto mais vasto de histórias de outros trabalhadores que viveram violências similares.

O primeiro livro da Coleção é *João Sem Terra, veredas de uma luta*, de autoria da jornalista Marcia Camarano, publicado em 2012. João Sem Terra é um personagem quase mítico cujas histórias de luta e resistência remontam ao período pré-golpe de 64 e foram contadas pelos colonos a seus filhos nos acampamentos de sem terra no Rio Grande do Sul nos anos 80 e 90. João Machado dos Santos foi um dos fundadores do Movimento dos Agricultores Sem Terra – Master no início dos anos 1960 e participou da conquista dos primeiros assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul. Foi perseguido, sequestrado, preso e torturado várias vezes. Para sobreviver, foi obrigado a despedir-se da mulher e dos sete filhos, e a migrar para o interior de Goiás, onde passou a viver de forma clandestina, tornando-se um exilado em seu próprio país. Ficou desaparecido por 25 anos. Sua família não sabia se estava vivo ou morto. Seus filhos tinham sido proibidos de pronunciar o nome do pai porque a família continua a ser vigiada e ameaçada pelas forças de repressão.

Somente quando descobriu que sua história e seu desaparecimento foram contados no livro *A saga do João Sem Terra*, do jornalista Carlos Wagner, é que João decidiu retornar e falar sobre a experiência de desterro. Sabe-se então que ele vivia com

¹⁸ O sindicalista Vicente Pompeu da Silva faleceu em 25 de março de 2011.

um nome falso, mas seguia militando e atuando na organização dos trabalhadores. Ao voltar, retomou os laços com a família, mas havia a distância de 25 anos de ausência. Para escrever o livro da coleção, a jornalista Marcia Camarano entrevistou os filhos de João Sem Terra e baseou-se ainda em outros estudos e registros, como o filme *João Sem Terra*, dirigido por Tereza Noll Trindade e lançado em 2010.

O segundo livro da Coleção, *Japuaara, um relato das entranhas do conflito*, publicado 2013, foi escrito pelo camponês Francisco Blaudes Sousa Barros. É um dos poucos registros existentes no país de memórias escritas pelos próprios trabalhadores. Os primeiros contatos com Blaudes ocorreram em 2010 e 2011 durante as pesquisas para o livro *Retrato da Repressão Política no Campo*, quando estivemos na fazenda Japuaara, no Ceará. Ali descobrimos que aquele homem simples, que tinha completado apenas a sexta série, vinha escrevendo, à mão, um relato minucioso do conflito ocorrido na fazenda no começo dos anos 1970. Decidimos nos empenhar na sua publicação. Ao longo de quase dois anos, Blaudes nos enviou cerca de 150 páginas escritas à mão e mais uma pasta com fotografias e recortes de jornais.

Blaudes era um dos moradores da fazenda Japuaara, no sertão do Canindé, Ceará, na época dos graves conflitos entre lavradores, peões contratados pelo fazendeiro e forças policiais e que ficaram conhecidos como Chacina de Japuaara. Filho do líder camponês Francisco Nogueira Barros, o Pio Nogueira, que atuava no sindicalismo rural desde 1962, Blaudes narrou em seu livro os detalhes do conflito que teve seu ápice em janeiro de 1971, quando a fazenda foi invadida por peões contratados pelo fazendeiro, que começaram a destruir as cercas e destelhar as casas. Primeiro houve um enfrentamento, que resultou em uma morte. Poucas horas depois, chegaram equipes da polícia civil e da polícia militar e continuaram as violências sobre os moradores. O saldo foi de quatro mortos e de dezenas de feridos, tanto do lado dos camponeses como da polícia. Os camponeses que lideraram a resistência tiveram que se refugiar na mata. As mulheres e crianças foram ameaçadas e torturadas para que revelassem o paradeiro dos trabalhadores.

Dias depois, os trabalhadores foragidos depois foram resgatados e presos. Vários camponeses foram indiciados no Inquérito Policial Militar e só foram absolvidos 13 anos depois. A mobilização dos camponeses acabou forçando o governo federal, em pleno governo Médici, a promover a primeira desapropriação de terras no Ceará. Mas a

repressão não terminaria ali. O próprio advogado dos trabalhadores, Lindolfo Cordeiro, assessor jurídico da Fetraece, foi preso durante o regime militar e assassinado ao sair da prisão, em 1978, a mando de latifundiários.

Na primeira parte do livro, há o registro do testemunho de Blaudes sobre o conflito de Japuará. O autor se expressa na terceira pessoa do singular, constituindo um narrador-herói. Conta que começou a escrever pensando em si mesmo como um personagem da história e só no final achou que era importante destacar que se tratava de sua vida e da sua família. Ele recorre à criação literária para compor as lacunas que a memória não consegue alcançar e ao mesmo tempo coteja a memória com consultas a acervos, conferindo datas e detalhes. Blaudes conta que uma das razões porque acalentou durante quatro décadas o projeto de escrever o livro era que, apesar de ter participado intensamente das lutas de Japuará, os jornais da época não registram o seu nome (apenas o nome de seu irmão, mas com a foto dele, de Blaudes). O apagamento da sua participação teve consequências não apenas simbólicas para Blaudes. A Comissão de Anistia do Ceará negou o seu pedido de reconhecimento como perseguido político sob a alegação de que não havia provas de sua participação naquele conflito nem dos danos que teria sofrido.

Para reconstruir suas memórias, Blaudes voltou à sua terra natal, ouviu vizinhos e parentes, pesquisou nos jornais da época reunidos no Arquivo Público do Ceará, cotejando suas lembranças com os registros oficiais.

Na segunda parte do livro, o foco desloca-se do conflito de Japuará para a aventura na qual Blaudes embarca ao longo da vida: ele empreende diferentes migrações para sobreviver, como muitos outros trabalhadores nordestinos dos anos 1970 e 1980. Por 40 anos vive em diferentes locais - Mato Grosso, no Rio Grande do Sul e no Maranhão - e exerce diferentes atividades - lavrador, fotógrafo, comerciante, professor líder sindical. Retorna ao Ceará para um reencontro com sua história, para escrever as memórias de Japuará. Nesta segunda parte da obra e de sua trajetória escreve na primeira pessoa, assumindo o eu da autoria.

Tanto o livro *Retrato da repressão* como os dois volumes da Coleção, todos eles obras coletivas, tornaram-se documentos de consulta tanto da Comissão Camponesa da Verdade como da Comissão Nacional da Verdade. Há um esforço coletivo de movimentos sociais e de pesquisadores para que o resgate dessas memórias subterrâneas

da repressão no campo e para que a reparação dos trabalhadores perseguidos possa ter avanços significativos, revelando não apenas as ações cometidas diretamente pelo Estado, mas também a face menos conhecida da repressão – e que pode envolver não apenas a violência mais direta e chocante, mas também as intimidações, ameaças e humilhações cotidianas.

Considerações finais

A realização dessas pesquisas e a publicação desses trabalhos, especialmente do *Retrato da Repressão*, soma-se ao esforço feito por outros pesquisadores de diferentes campos acadêmicos, especialmente da antropologia, da sociologia e da história, de diferentes instituições do país. Mas a sua importância maior, certamente, tem sido a de fornecer instrumentos para os próprios trabalhadores perseguidos falarem de suas lutas, a organizarem suas memórias e a reivindicarem o reconhecimento das violências de que foram vítimas. Isso porque o livro publicado passa a ser considerado um documento referendado pelo próprio Estado (como parceiro da iniciativa), num contexto em que muitas das demandas apresentadas por trabalhadores rurais junto à Comissão de Anistia e à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) não são deferidas por insuficiência de documentação e de provas dos fatos narrados. Desta forma, seja como documentação, resgate da história ou como instrumento de luta e denúncia, o livro passa a contribuir para a articulação e reconstrução da memória de entidades e movimentos sociais ligados ao campo e aos direitos humanos, assim como com os órgãos governamentais encarregados destas questões.

Retrato da Repressão tornou-se uma das publicações de referência a subsidiar os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade acerca das graves violações de direitos humanos ocorridas no campo entre 1946 e 1985. Essa publicação, assim como os livros da Coleção Camponeses e o Regime Militar, sobre João Sem Terra (2012) e Japuara (2013), também foram incorporados como contribuições aos trabalhos da Comissão Camponesa da Verdade.

A partir de elementos fornecidos pelo livro *Retrato da Repressão* e outros levantamentos, Gilney Viana, então diretor do Programa Direito à Memória e à Verdade, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, realizou um estudo sobre os camponeses excluídos da Justiça de Transição. Ele analisou como o regime militar, financiado pelo latifúndio, “terceirizou” prisões, torturas, mortes e

desaparecimentos forçados de camponeses. Uma das consequências dessas alianças entre as oligarquias rurais e o aparato repressivo do Estado é justamente a dificuldade de comprovação da responsabilidade do Estado pelos crimes: 97,6% dos camponeses mortos e desaparecidos no regime militar foram alijados da Justiça de Transição.¹⁹ Seu estudo revela que 1.196 camponeses e apoiadores foram mortos ou desaparecidos entre o pré-64 e o final da transição democrática (entre 1961-1988). Entretanto, a maior parte das mortes não ocorreu pelas mãos de agentes do Estado, mas por agentes privados. Pelo menos 602 novos casos que foram excluídos da Justiça de Transição poderiam ser considerados como “graves atentados aos direitos humanos”, caracterização necessária para que sejam investigados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV).

As trajetórias dos líderes camponeses Vicente Pompeu da Silva e de Marcos Martins da Silva e o conflito da fazenda Japuará (CE) traduzem de diferentes modos o que foi a perseguição aos trabalhadores rurais numa das regiões que registrou a repressão mais perversa durante o regime militar. Os relatos evidenciam de forma contundente que a própria defesa dos direitos dos camponeses, após o golpe militar, passou a figurar como “subversão”. A partir disso, a repressão mais brutal encampada pelas forças de repressão do Estado e pelas oligarquias rurais se voltou contra os trabalhadores do campo e seus líderes. São memórias que lutam contra o esquecimento.

Como bem mostrou Gilney Viana, um dos integrantes da Comissão Camponesa da Verdade, ex-diretor do Programa Direito à Memória e à Verdade, da SDH, e ele mesmo um ex-presos político, o Estado brasileiro, até o momento, só reconheceu uma pequena parte do conjunto de camponeses atingido pela repressão. Há múltiplas causas: desde o fato de que boa parte dos trabalhadores perseguidos desconhece seus direitos até o fato de que aqueles que ingressam com requerimentos, por exemplo, na Comissão de Anistia, ou cujos familiares tenham apresentado solicitações à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, ou nas comissões de reparação dos Estados, muitos têm seus pedidos indeferidos por falta de provas documentais. E mesmo nos casos em que há um reconhecimento da condição de perseguidos políticos, quando é concedido o estatuto de anistiado, em muitos casos esse reconhecimento é parcial, sem o direito à reparação. Isso aconteceu com a família de Gregório Bezerra (que só

¹⁹ VIANA, Gilney. *Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição*. Brasília: SDH, 2013.

recentemente obteve uma vitória na Justiça para fazer jus à uma indenização), com a família dos líderes camponeses João Sem Terra e José Pureza, entre outros. Relato de Jurandir Bezerra, na época de minha entrevista com 83 anos, que ouviu de uma representante da Comissão da Anistia em Recife que teria que provar que seu pai, Gregório, foi mesmo preso e torturado – quando na verdade suas torturas pelas ruas de Recife foram televisionadas e conhecidas mundialmente.

Por vezes, além do esforço das famílias, múltiplas ações de muitos colaboradores são necessárias para o reconhecimento oficial de um perseguido político. Quando atuei como pesquisadora na CNV, tive acesso a um documento que Gilney Viana havia elaborado para a Comissão Camponesa propondo a retificação do nome do camponês de Cachoeiras do Macacu (RJ) Sebastião Gomes da Silva para Sebastião Gomes dos Santos. Ele havia sido assassinado pelos militares e seu nome fora grafado de forma equivocada nos documentos oficiais. Por essa razão, sua família teve negado vários pedidos para o reconhecimento da sua condição de perseguido político. Gilney Viana investigou o caso pelos documentos do *Brasil Nunca Mais Digital* e percebeu que se tratava da mesma pessoa. Elaborou um parecer sobre isso, o que possibilitou o reconhecimento da vítima pela CNV.

REFERÊNCIAS

BARREIRA, Cesar. *Trilhas e atalhos do poder. Conflitos sociais no Sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992, p. 48-49.

BARROS, Francisco Blaudes de Sousa. *Japuara, um relato das entranhas do conflito*. Brasília: MDA, 2013.

BERNARDES, Denis. Octávio Ianni e a questão Nordeste. In: LIMA, Marcos Costa (org.). *A sociologia crítica de Octávio Ianni: uma homenagem*. Recife: UFPE, 2005, p.40-41.

BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2011.

CAMPANHA NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA. *Violência no campo*. Petrópolis: Vozes, coedição com IBASE, 1985, p. 8-9.

CIOCCARI, Marta. Narrativas da repressão: trabalhadores do campo e das minas durante o regime militar no Brasil. *Teoria e Cultura (UFJF)*, v. 6, p. 27-47, 2013.

CIOCCARI, Marta (Org.) . *Japuara, um relato das entranhas do conflito - Vol. 2 da Coleção 'Camponeses e o Regime Militar'*. 1. ed. Brasília: MDA/SDH, 2013. v. 1. 224p

CIOCCARI, M. (Org.) . João Sem Terra, veredas de uma luta - Vol. 1 da Coleção 'Camponeses e o Regime Militar'. 1. ed. Brasília: MDA, 2012. v. 1. 104p .

CIOCCARI, Marta ; CARNEIRO, A. C. . Retrato da Repressão Política no Campo: Brasil 1962-1985. Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Edição revista e ampliada. 2a. ed. Brasília: MDA, 2011. v. 1. 372p .

CIOCCARI, Marta ; CARNEIRO, A. C. . Retrato da Repressão Política no Campo - Brasil 1962-1985 - Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. 1. ed. Brasília: MDA, 2010. v. 1. 360p .

CIOCCARI, Marta . Os trabalhadores rurais e o regime militar no Brasil. In: Mattos, Marcelo Badaró; Vega, Rubén. (Org.). Trabalhadores e ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal. 1ed.Rio de Janeiro: Consequência, 2014, v. 1, p. 153-174.

FIGURELLI, M. Fernanda. Sociabilidades, direitos e cabeças raspadas; reconstruções de experiências sindicais rurais. In: LEITE LOPES, José Sergio; CIOCCARI, Marta (Orgs.). *Narrativas da Desigualdade: memórias, trajetórias e conflitos*. Rio de Janeiro: Mauad, 2013, p. 77-103.

JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas camponesas?* Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1962;

KOURY, Mauro. *Práticas instituintes e experiências autoritárias. O sindicalismo rural na mata pernambucana, 1950-1974*. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Sociologia), Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, São Carlos, 2010, p. 206.

MOVIMENTO dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Assassinatos no campo, crime e impunidade: 1964-1986*. São Paulo: Global Editora, 1987.

MADEIRA, Raimundo. Gênese sindical sob a marca da repressão. *O Povo*. Fortaleza, Ceará, terça-feira, 20/04/2004, p. 4.

OLIVEIRA, Papito de (org.). *Vozes silenciadas*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2009.

SARTI, Cynthia. A vítima como figura contemporânea. *Caderno CRH*, Salvador, Vol. 24, n.61, p.51-61, Jan/Abr. 2011.

SIRONI, Françoise. *Les borreaux et victimes: psychologie de la torture*. Paris: Ed. Odile Jacob, 1999.

RELATÓRIO FINAL DA Comissão Camponesa da Verdade. Brasília, 2014.

RELATÓRIO FINAL da Comissão Nacional da Verdade. Brasília, 2014.

VIANA, Gilney. *Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição*. Brasília: SDH, 2013.

CYRULNIK, Boris. *Autobiografia de um espantalho: histórias de resiliência*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

PALMEIRA, Moacir. Desmobilização e conflito: Relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana. *Revista de Cultura e Política*, v.1, n.1, p. 41-56, 1979.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA, CONTAG. *As lutas camponesas no Brasil*. 1980. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1981; MOVIMENTO dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Assassinatos no campo, crime e impunidade: 1964-1986*. São Paulo: Global Editora, 1987.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Ditaduras do Cone Sul: memórias traumáticas e conflitos de memória. In: *História: cultura e sentimento*. Outras histórias do Brasil.

ⁱ Como foi dito, este projeto foi desenvolvido no segundo semestre de 2010 por pesquisadores do PPGAS-MN-UFRJ, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Secretaria de Direitos Humanos (SEDH) e gerou a publicação do livro *Retrato da Repressão no Campo, Brasil 1962-1985, Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*, do qual sou co-autora, publicado no mesmo ano. Uma versão parcial do relato de Marcos Martins da Silva foi publicada neste livro.

ⁱⁱ Tratava-se da reedição das memórias de Manuel da Conceição, no livro *Chão de minha utopia* (2010).

ⁱⁱⁱ As entrevistas realizadas com Vicente Pompeu também se inserem no projeto de pesquisa sobre a violência no campo no regime militar, envolvendo pesquisadores do PPGAS-MN-UFRJ, numa iniciativa do MDA e da SEDH.